



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS, COM EXCLUSIVIDADE DE GERENCIAMENTO DE PAGAMENTO DA FOLHA DOS SERVIDORES ATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, COM CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO FÍSICO – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS I, II E III.

MEMORIAL DESCRITIVO

1. OBJETO

1.1 Contratação de instituição bancária para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da Folha de Pagamento dos servidores ativos, do Município de Birigui, em caráter de exclusividade, bem como dos créditos decorrentes de ordens judiciais, com a concessão de uso de espaço físico, localizado na Rua Osvaldo Cruz Nº147- Centro e Rua Guanabara, nº256-Jardim Klayton, Birigui, para a instalação de PAB (Posto de atendimento bancário ou correspondente bancário).

1.2 O valor mínimo para pagamento em uma única parcela, ao Município, referente à prestação dos serviços, será de **no mínimo** de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), de acordo com o Demonstrativo de Cálculo do Valor Base para Proposta (Anexo III).

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A Prefeitura de Birigui, possui em seus quadros ativos, que recebem algum tipo de provento, totalizando 3.551 servidores, sendo 2.635 efetivos, 74 CLT, 696 temporários e 136 comissionados, cujos créditos são feitos diretamente na conta bancária (corrente ou salário) dos servidores. A legislação permite que os créditos sejam feitos em uma única instituição financeira, escolhida pela municipalidade, por licitação, permitindo a portabilidade garantida em lei.

Os bancos ficam com os recursos depositados em contas correntes, por algum tempo, utilizando esses recursos como seu próprio capital de giro. Também por ter um grande número de contas correntes e contas salário, pode oferecer aos seus clientes, neste caso, servidores municipais, os vários produtos e serviços que o banco dispõe. Essa exclusividade tem um grande valor no mercado e os bancos pagam para terem direito a ela.

Diante das justificativas, temos por objeto a licitação para contratação de Instituição Financeira para a realização, com exclusividade, da prestação dos serviços de administração dos pagamentos



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

mensais dos salários e outros proventos dos servidores, através da Alienação da Folha de Pagamento, da Prefeitura do Município de Birigui (Administração Pública Direta), estado de São Paulo.

Haverá concessão de uso do espaço físico a instituição financeira vencedora do certame com o objetivo de atender a demanda dos servidores e facilitar a rotina.

3. CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação dos serviços de processamento e operacionalização da folha de pagamento dos servidores do Município Birigui - SP, com a concessão de uso de espaço físico, será precedida de licitação pública, na forma de PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério da maior oferta de preço, com fundamento no inciso XXI do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e Lei nº 10.520/02.

4. CRITÉRIO PARA AFERIÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

4.1 Com a finalidade de aferição da proposta mais vantajosa à Administração, o Município adotará como critério a maior oferta de preço, referente aos serviços de processamento e gerenciamento da Folha de Pagamento e a concessão de uso de espaço físico, ambos pelo período de **60 (sessenta) meses**.

5 INFORMES NECESSÁRIOS À FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 Serviços de processamento e gerenciamento da Folha de Pagamento

5.1.1 O valor mínimo ofertado foi definido a partir da estimativa de um valor médio dentre os servidores, que compõem a maioria 2.759 (dois mil, setecentos e cinquenta e nove) servidores de R\$1.566,61 (um mil quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e um centavos) por funcionário, ou seja, a proposta de preço não poderá ser inferior a **R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais)**, arredondado, média multiplicada pelo total dos servidores.

5.1.2 O valor médio líquido mensal da folha de pagamento é de R\$ 7.742.380,20 (sete milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e oitenta reais e vinte centavos).

5.1.3 Os servidores do Município recebem o salário até o 5º dia útil de cada mês

5.1.4 Os servidores recebem a primeira parcela (50% - sem descontos) do 13º salário até o dia 25 do mês de julho e a segunda parcela no mês de dezembro, normalmente no dia 20.

5.2 DA CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO FÍSICO

5.2.1 Serão concedidos 02 (dois) espaços físicos, localizados à Rua Osvaldo Cruz nº 147, bairro



Centro e Rua Guanabara nº 256, bairro Jardim Klayton, ambos nesta cidade de Birigui, Estado de São Paulo.

6 FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 A Contratada deverá efetuar o recolhimento do valor ofertado em até 15 (quinze) dias corridos após assinatura contratual, mediante ordem bancária creditada na conta do Município, no Banco 001, Agência 348-4, conta nº80891-1, CNPJ nº46.151.718/0001-80. O pagamento, em uma única parcela e será efetuado em moeda corrente nacional.

7 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1 PRODUTOS E TARIFAS.

7.1.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar, **no mínimo**, a franquia de serviços bancários essenciais com isenção de tarifas (conta salário) definidas no inciso I do artigo 2º da Resolução 3.919/2010 do CMN - Conselho Monetário Nacional.

7.1.2 Eventuais alterações na franquia de serviços bancários essenciais deverão ser comunicadas por escrito ao Município, de preferência antes de entrar em vigor.

7.2 EMPRÉSTIMO CONSIGNÁVEL.

7.2.1 A CONTRATADA poderá oferecer empréstimos consignáveis em folha de pagamento, sem caráter de exclusividade, com taxas de juros reduzidas, no prazo máximo de 96 meses.

8 CONDIÇÕES DA CONCESSÃO DE USO

8.1 BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO.

8.1.1 Qualquer alteração do espaço físico da área objeto do presente Memorial, como edificação de parede de alvenaria, divisórias ou outros materiais similares, será realizada pela CONCESSIONÁRIA, mediante prévio e expresse consentimento da Administração do Município.

8.1.2 É proibido fixar placas, painéis identificadores ou cartazes nas paredes da área cedida sem o prévio consentimento da Administração.

8.1.3 A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a entregar a área nas mesmas condições que a receber, conforme TERMO DE ENTREGA a ser firmado entre as partes, que passará a integrar o TERMO DE CONCESSÃO DE USO para todos os efeitos.

8.1.4 As benfeitorias realizadas pela CONCESSIONÁRIA na área objeto deste Memorial, quando de interesse do Município, passam a integrá-la, e nela deverão permanecer após o término da ocupação,



não se obrigando o Município a pagar qualquer tipo de indenização por tais benfeitorias.

8.2 MOBILIÁRIO.

8.2.1 Todo o mobiliário utilizado no interior do recinto será fornecido pela CONCESSIONÁRIA, o qual integrará o seu patrimônio.

8.2.2 A CONCESSIONÁRIA deverá submeter ao Município projeto detalhado do mobiliário a ser utilizado, para aprovação.

8.2.3 Ficará a cargo da CONCESSIONÁRIA a responsabilidade pela manutenção, conserto e a substituição de todos os bens móveis ali existentes.

8.3 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA.

8.3.1 A despesa com energia elétrica poderá ser cobrada da seguinte forma:

a) Após a implantação do posto/agência bancário (a) será avaliada a relação dos equipamentos e cobrado um valor estimado referente ao consumo dos mesmos, indicado pelo fabricante ou;

b) O Município avaliará a separação dos circuitos elétricos e colocará medidor individual para área cedida.

Obs.: Em ambos os casos o valor a ser cobrado será do KW/h apurado na conta de energia do Município.

8.3.2 A CONCESSIONÁRIA se responsabilizará pela instalação de linhas telefônicas, assumindo todas as despesas relacionadas com ligações locais, interurbanas e internacionais.

Obs.: Poderão ser instalados ramais internos para facilitar a comunicação com os servidores do Município sem custo para a CONCESSIONÁRIA.

9 RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Promover a abertura de contas, dos servidores do Município, nas modalidades conta salário ou conta corrente, efetuando a coleta de dados, documentos e assinaturas necessários, no local e horário de trabalho (dentro do horário de atendimento bancário).

9.2 Ter sistema informatizado compatível com o contratante, de forma a possibilitar que todas as



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

operações sejam feitas por meio eletrônico e *on line*, sendo que no caso de incompatibilidade todas as despesas necessárias para tal adaptação correrão por conta da CONTRATADA.

9.3 Efetuar os créditos dos pagamentos nas contas dos servidores, sem qualquer custo, em conformidade com as informações repassadas pelo Município.

9.4 Respeitar o limite da margem consignável dos salários no caso de concessão de empréstimos aos servidores, solicitando para tal as informações necessárias ao Município.

9.5 Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

9.6 Apresentar previamente ao Município uma tabela com a franquia mínima de serviços com isenção de tarifas, a partir da Resolução BACEN nº 3.919/2010, e demais serviços e produtos com suas respectivas tarifas.

9.7 Responder por todos os impostos, taxas, seguros, e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados.

9.8 Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.9 Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pelo Município, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pela fiscalização dos serviços.

9.10 O Município não assume, inclusive para efeitos da Lei nº 8.078/1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, qualquer responsabilidade pela atividade exercida pela Contratada.

9.11 O Município não assume qualquer responsabilidade pelos compromissos assumidos por seus servidores.

10 RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A CONTRATADA compromete-se a:

10.1.1 Instalar 03 (três) ou mais caixas eletrônicos com funcionamento das 8h00 às 17h00, de acordo com o leiaute desenvolvido pela CONTRATADA e previamente aprovado pelo Município;

10.1.2 Efetuar o pagamento de impostos e eventuais multas aplicadas por autoridade federal, estadual ou municipal, relacionadas com a atividade explorada;

10.1.3 Durante toda a vigência do Termo de Concessão de Uso, a CONCESSIONÁRIA deverá estar em situação regular junto ao INSS, ao FGTS e à Fazenda Nacional, mediante o recolhimento das contribuições e impostos respectivos;

10.1.4 Usar a área objeto da concessão exclusivamente para a instalação de unidade



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

administrativa necessária aos serviços, sendo proibido emprestá-la ou cedê-la, no todo ou em parte, sem o prévio e expresso consentimento do Município;

10.1.5 Manter a área cedida em perfeitas condições de conservação e asseio, com todas as suas instalações em funcionamento, utilizando seu material e mão-de-obra, e ressarcindo o Município de qualquer prejuízo decorrente do uso inadequado;

10.1.6 Respeitar as normas regimentais e regulamentares do Município, acatando prontamente as instruções, sugestões e observações oferecidas;

10.1.7 Identificar os funcionários em serviço com uso permanente de crachá da instituição;

10.1.8 Informar ao Município o número de funcionários da CONTRATADA que estão trabalhando na área cedida;

10.1.9 Responder pelos danos e/ou prejuízos causados ao Município, seja por omissão, ou em decorrência da execução por seus funcionários e/ou prepostos, ou ainda, decorrentes de atividades desvinculadas das atribuições previstas neste Memorial;

10.1.10 Cumprir as normas de segurança interna, inclusive quanto ao acesso e controle do seu pessoal às dependências do Município, prestando informações sobre toda e qualquer ocorrência ou anormalidade que possa comprometer a segurança de bens e pessoas;

10.1.11 Comunicar imediatamente, à Administração do Município, a ocorrência de qualquer acontecimento extraordinário envolvendo danos à área ocupada, suas instalações e equipamentos;

10.1.12 A CONCESSIONÁRIA fica responsável pelo acondicionamento do lixo em sacos plásticos adequados e seu encaminhamento diário ao local de coleta;

10.1.13 A CONCESSIONÁRIA se responsabilizará pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, arcando com as despesas necessárias à prevenção de incêndio que garantam seus bens, não cabendo à CONCEDENTE arcar por eventual avaria, desaparecimento ou inutilização dos mesmos.

10.1.14 Não haverá qualquer solidariedade entre o Município e a CONCESSIONÁRIA quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados, cabendo a ele assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

11 DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

11.1 Efetuar os pagamentos de salários de seus servidores por intermédio da CONTRATADA.

11.2 Informar sempre que solicitado pela CONTRATADA, o saldo da margem consignável dos salários dos servidores, por ocasião da solicitação de empréstimos.

11.3 Enviar a relação nominal de servidores, contendo os valores líquidos a serem creditados,



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

bem como os demais dados necessários solicitados pela CONTRATADA, com antecedência mínima de **2 (dois) dias úteis** da data prevista para o pagamento dos salários.

11.4 Garantir as informações e documentação necessária à execução dos serviços por parte da CONTRATADA, com a inclusão e exclusão de servidores.

11.5 Disponibilizar os recursos financeiros necessários no dia do pagamento dos servidores, através de depósito em conta corrente, conta salário, TED - Transferência Eletrônica Disponível ou mediante a apresentação de cheque administrativo nominal a CONTRATADA, sendo vedada a transferência antecipada de recursos financeiros para as instituições financeiras privadas por constituírem disponibilidades de caixa, cujo depósito deve ocorrer, exclusivamente, em instituições financeiras oficiais.

11.6 O Município compromete-se a acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do CONTRATO por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o qual designará a competente Comissão de Fiscalização.

11.7 Prestar todo o apoio necessário a CONTRATADA para que seja alcançado o objeto do termo em toda sua extensão.

12 DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

12.1 Disponibilizar o espaço físico concedido, exclusivamente para a CONCESSIONÁRIA, no início da vigência do **TERMO DE CONCESSÃO DE USO**, mediante a emissão do **Termo de Entrega** que será assinado pelas partes.

12.2 A CONCEDENTE compromete-se a acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do TERMO DE CONCESSÃO DE USO por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o qual designará a competente Comissão de Fiscalização.

12.3 Prestar todo o apoio necessário a CONCESSIONÁRIA para que seja alcançado o objeto do termo em toda sua extensão.

12.4 Elaborar Termo de Recebimento, a ser assinado pela CONCESSIONÁRIA quando do recebimento da área objeto deste MEMORIAL DESCRITIVO, o qual passará a integrar o TERMO DE CONCESSÃO DE USO para todos os efeitos.

13 PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS/ATIVIDADES

13.1 Serviços de processamento e gerenciamento da Folha de Pagamento.

13.1.1 Será realizada reunião entre as partes para definição da data limite para prestação dos



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

serviços, os quais deverão estar totalmente implantados e em operação.

13.1.2 O prazo para instalação física da agência ou posto bancário será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da emissão da ordem de serviço.

13.1.3 Até a implantação física da agência ou do posto bancário, a CONTRATADA deverá manter até 03 (três) caixas eletrônicos para operações convencionais (saques, depósitos, pagamentos etc.) nas dependências do Município, em local a ser definido com a Comissão de Fiscalização do contrato.

13.1.4 Concessão de uso de espaço físico.

13.1.5 Os prazos para o início dos serviços e/ou atividades poderão ser prorrogados, a critério do Município.

14 PRAZO DE VIGÊNCIA

14.1 O CONTRATO e O TERMO DE CONCESSÃO DE USO terão vigência de 60 (sessenta) meses a partir da assinatura contratual e será publicado extrato deste Termo no Diário Oficial do Município.

15 RESCISÃO

15.1 Os TERMOS DE CONTRATO e de CONCESSÃO DE USO estão sujeitos à rescisão nos termos dos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

15.2 A rescisão do CONTRATO provocará automaticamente a rescisão do TERMO DE CONCESSÃO DE USO.

16 A APLICAÇÃO DE MULTA E DEFINIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

16.1 O ATRASO NO PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES do valor ofertado, nas condições estabelecidas no subitem 6.1 deste Memorial acarretará a aplicação de multa diária de 0,125%.

16.2 ATRASO/FALHAS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO E/OU TERMO DE CONCESSÃO DE USO;

16.2.1 Ultrapassados os prazos para o início dos serviços e de início das atividades relacionadas à instalação da agência ou posto bancário, bem como no caso de falhas nos créditos devidos aos servidores, conforme disposto no item 13 deste Memorial acarretará na aplicação de multa, nos termos da legislação que rege a matéria.

16.2.2 A base de cálculo para a aplicação da multa por atraso no início da prestação dos



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

serviços ou falhas na consecução dos créditos aos servidores será o valor correspondente à somatória dos valores efetivamente não creditados na conta corrente ou conta salário de cada um dos servidores que fariam jus ao crédito, devendo o montante sofrer os acréscimos legais (juros e correção monetária) até o seu efetivo recolhimento.

16.2.3 A base de cálculo para a aplicação de multa por atraso no início das atividades da agência ou posto bancário será o valor correspondente a 1/60 (um sessenta avos) do valor ofertado para a taxa de concessão de espaço.

16.3 MULTA POR INEXECUÇÃO PARCIAL OU TOTAL.

16.3.1 A base de cálculo para a aplicação da multa por inexecução total ou parcial será o valor correspondente a obrigação não cumprida até o final do ajuste, considerando-se os 60 (sessenta) meses de vigência, nos termos da resolução precitada, independentemente da cobrança de indenizações pelos danos causados.